



Documento Assinado Digitalmente por: EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS, FABIO QUEIROZ ARAGAO
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 8e15d997-eb82-452a-9b55-66b7b56bdb82



Balanço Financeiro do Município

Demonstrações Contábeis Consolidadas



BFM 2024

Publicado em março de 2025



Documento Assinado Digitalmente por: EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS, FABIO QUEIROZ ARAGAO
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 8e15d997-4eb82-452a-9b55-66b7b56bdb82



BFM
2024

Balanço Financeiro do Município

Demonstrações Contábeis Consolidadas

Órgão Central de Contabilidade Municipal



Publicado em março de 2025



APRESENTAÇÃO

O Balanço Financeiro do Município (BFM) foi elaborado em conformidade com o art. 101 e Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, o qual teve sua estrutura atualizada pela Portaria STN nº 438/2012, bem como está aderente ao item 3, da Parte V, da 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN/MF nº 1.568, de 11 de dezembro de 2023, e as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06, atualizada em junho de 2024.

Quanto ao IPC nº 06, houve mudança significativa da estrutura dos “saldos do exercício anterior (V) e “Saldos para o Exercício Seguinte (XI), segregando os níveis de “Caixa e Equivalente de Caixa (exceto RPPS)” e “Caixa e Equivalente de Caixa do RPPS”, mantendo o nível “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados”. Sendo assim, para efeito de comparabilidade, os valores das colunas de saldos anteriores que antes eram somados em uma única linha (caixa e equivalente de caixa), foram segregados de forma a preservar o padrão da informação contábil.

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e estão aderentes ao CT SP nº 02, de 13 de junho de 2024 e aos Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 269, de 11 de dezembro de 2024. Quanto a sua estrutura, as notas explicativas foram padronizadas pela supervisão técnica do CESPAM e sua reprodução no todo ou em parte fere a averbação de registro de obras e propriedade intelectual dos direitos autorais.

Os registros contábeis de natureza orçamentária e financeiras utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020, alterado pelo Decreto Federal nº 11.644, de 16 de agosto de 2023. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, com o suporte orientativo do Centro de Estudos, Pesquisa e Assessoria em Administração Municipal Ltda (CESPAM).

O balanço financeiro tem por objetivo apresentar o fluxo de caixa do município, decorrentes das operações orçamentárias e extraorçamentárias apuradas durante todo o exercício, a qual resulta em aumento ou diminuição das disponibilidades financeiras ao compararmos saldos iniciais e finais.

Para melhor compreensão por parte dos usuários das informações contábeis, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE, das quais destacamos as referências cruzadas numéricas. Este município, encontra-se na 14ª posição no último Ranking do TCE-PE dentre os 184 municípios Pernambucanos, bem como possui conceito B, no Ranking SICONFI da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal medido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Analizando os saldos do exercício anterior (V) em confronto com os saldos para o exercício seguinte (XI), houve ao final do exercício de 2025, (aumento) de R\$ 40.678032,42, nas disponibilidades e depósitos restituíveis vinculados, constituindo o “Resultado Financeiro do Exercício”. A seguir será apresentado o Balanço Financeiro na íntegra e suas respectivas Notas Explicativas.

FÁBIO QUEIROZ ARAGÃO
Prefeito

EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS
Contadora



Documento Assinado Digitalmente por: EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS, FABIO QUEIROZ ARAGAO
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 8e15d997-4eb82-452a-9b55-66b7b56bdb82

BFM
2024

Balanço Financeiro do Município

Demonstrações Contábeis Consolidadas



Valores em R\$ - Período: 01/01/2024 até 31/12/2024

Despesa realizada: Empenhada

Ingressos			Dispêndios		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I) Nota 1	472.456.853,05	372.760.507,48	Despesa Orçamentária (VII) Nota 6	423.796.083,21	340.562.068,33
Recursos Não Vinculados	198.908.007,44	176.802.062,68	Recursos Não Vinculados	199.395.108,95	174.923.463,29
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	211.973.143,76	135.763.789,87	Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	203.477.760,27	149.662.634,05
Recursos Vinculados à Educação	147.548.114,96	97.418.074,59	Recursos Destinados à Educação	140.986.957,32	97.338.386,57
Recursos Vinculados à Saúde	54.945.000,12	34.135.607,07	Recursos Destinados à Saúde	54.681.048,44	44.000.224,77
Recursos Vinculados à Assistência Social	2.240.132,90	2.298.245,22	Recursos Vinculados à Assistência Social	2.358.400,92	2.697.577,95
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)			Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)		
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	7.157.502,35		Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	5.451.353,59	
Demais Vinculações Legais	82.393,43		Demais Vinculações Legais		
Outras Vinculações		1.911.862,99	Outras Vinculações		5.626.444,76
Recursos Vinculados ao RPPS	61.575.701,85	60.194.654,93	Recursos Vinculados ao RPPS	20.923.213,99	15.975.970,99
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	61.232.662,71	58.782.689,71	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	20.155.377,11	15.296.966,14
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)			Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)		
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	343.039,14	1.411.965,22	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	767.836,88	679.004,85
Transferências Financeiras Recebidas (II) Nota 2	92.021.318,76	79.000.631,04	Transferências Financeiras Concedidas (VIII) Nota 7	92.021.318,76	79.000.631,04
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	92.021.318,76	79.000.631,04	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	92.021.318,76	79.000.631,04
Transferências Financeiras Recebidas Independentes de Execução Orçamentária			Transferências Financeiras Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS			Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS			Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		
Transferências Recebidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares			Transferências Concedidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares		
Outras Movimentações Financeiras Recebidas (III)	0,00	0,00	Outras Movimentações Financeiras (IX)	0,00	0,00
Resgates de Investimentos e Aplicações Financeiras			Transferências para Investimentos e Aplicações Financeiras		
Desbloqueios de Valores em Caixa			Bloqueios de Valores em Caixa		
Recebimentos Extraorçamentários (IV) Nota 3	56.719.842,69	50.480.924,54	Pagamentos Extraorçamentários (X) Nota 8	64.702.580,11	55.235.183,40
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	6.884,00	193.539,67	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	173.102,22	1.110.287,24
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.861.374,54	5.323.555,60	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	5.281.874,38	6.065.654,23
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	54.851.584,15	44.963.829,27	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	55.467.206,29	45.306.469,28
Outros Recebimentos Extraorçamentários			Outros Pagamentos Extraorçamentários	3.780.397,22	2.752.772,65
Saldo do Exercício Anterior (V) Nota 4	185.252.617,54	157.808.437,25	Saldo para o Exercício Seguinte (XI) Nota 9	225.930.649,96	185.252.617,54
Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)	25.608.786,25	39.631.951,26	Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)	29.357.883,49	25.608.786,25
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS	50.269,01	2.477.551,39	Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS	5.842.497,76	50.269,01
Investimentos e Aplicações Temporárias	159.592.445,31	115.697.817,63	Investimentos e Aplicações Temporárias	190.729.151,74	159.592.445,31
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados Nota 5	1.116,97	1.116,97	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados Nota 10	1.116,97	1.116,97
TOTAL (VI) = (I + II + III + IV + V)	806.450.632,04	660.050.500,31	TOTAL (XII) = (VII + VIII + IX + X + XI)	806.450.632,04	660.050.500,31

Assesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 8e15d997-eb82-452a-9b55-66b7b566dbb82

Documento Assinado Digitalmente por: EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS, FABIO QUEIROZ ARAGAO



Anexo 13 - Balanço Financeiro

FABIO QUEIROZ
ARAGAO:02552
709419

Assinado de forma digital por FABIO QUEIROZ
ARAGAO:02552709419

Fábio Queiroz Aragão
Prefeito
CPF: 025.527.094-19

EDICLEIDE FERREIRA
TORRES DOS
SANTOS:830706134
20

Assinado de forma digital por EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS:83070613420

Edicleide Ferreira Torres dos Santos
Contadora
CRC: 027067/O-9



BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 269, de 11 de dezembro de 2024)

(ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

a.1.Nome do órgão ou entidade responsável pela consolidação: Município de Santa Cruz do Capibaribe (PM)
a.2.Natureza jurídica (conforme código da RFB): 124-4 - Município.
a.3.Domicílio do órgão ou entidade: Avenida Padre Zuzinha, nº 178 – Bairro: Centro – Cidade: Santa Cruz do Capibaribe – Pernambuco – CEP: 55.190-001.
a.4.Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade consolidadora: A Prefeitura Municipal concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. Para tanto, em sua estrutura constam secretarias, departamentos, fundos especiais, entre outros órgãos da administração direta e indireta. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A Câmara de Vereadores se mantém através de transferência financeira feito pelo município até o dia 20 de cada mês chamado de “Duodécimo”, conforme art. 29-A da Constituição Federal.
a.5.Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: As Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) não preveem o Balanço Financeiro. Porém, sua elaboração e publicação é obrigatória por força do art. 101 da Lei Federal nº 4.320/64. Desta forma, este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.568/2023, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª Edição. Complementarmente foi publicada a Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06, tratando da metodologia de elaboração do balanço financeiro, atualizada em junho de 2024. Quanto ao IPC nº 06, houve mudança significativa da estrutura dos “saldos do exercício anterior (V) e “Saldo para o Exercício Seguinte (XI), segregando os níveis de “Caixa e Equivalente de Caixa (exceto RPPS)” e “Caixa e Equivalente de Caixa do RPPS”, mantendo o nível “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados”. Sendo assim, para efeito de comparabilidade, os valores das colunas de saldos anteriores que antes eram somados em uma única linha (caixa e equivalente de caixa), foram segregados de forma a preservar o padrão da informação contábil. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021 e Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021. Os registros foram feitos através do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público definido pela parte IV da 10ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), obedecendo a seguinte codificação padronizada: 1 – Ativo; 2 – Passivo; 3 – Variação Patrimonial Diminutiva; 4 – Variação Patrimonial Aumentativa; 5 – Controles da Aprovação do Orçamento; 6 – Controle da Execução do Planejamento e Orçamento; 7 – Controles Devedores; e 8 – Controles Credores. Quanto as fontes e destinação de recursos, este demonstrativo seguiu a estrutura padronizada pela Secretaria do Tesouro Nacional sendo o primeiro dígito para o ano, os três dígitos da fonte de recursos com o intervalo de número 500 a 999, e as informações complementares (CO) com quatro dígitos. Destacam-se as fontes 500, referente aos recursos não vinculados, específicos para a arrecadação das receitas de impostos e transferências de impostos e 501, para os demais recursos livres, sem vinculação específica. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE e Índice de Qualidade da Informação Contábil da STN.
a.6.Consolidação das demonstrações contábeis abrangendo: A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Legislativo e Executivo, bem como os órgãos da administração direta e indireta, incluindo os fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, caso existam, conforme relação a seguir: 1) Câmara Municipal de Vereadores; 2) Prefeitura Municipal; 3) Fundo Municipal de Saúde (FMS); 4) Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS); 5) Secretaria Municipal de Educação; 6) Fundo Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente (FUNDECA); 7) Instituto de Previdência Própria dos Servidores Municipais de Santa Cruz do Capibaribe.

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:
--

Documento Assinado Digitalmente por: EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS, FABIO QUEIROZ ARACAO
Acesse em: <https://tcepe.gov.br/pt/pt/validaDoc.aspx?CodigoDoDocumento=8e15d097-e8b2-452a-9b55-6b6756d6b92>

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 269, de 11 de dezembro de 2024)

A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do balanço financeiro, tendo em consideração que as opções e premissas da legislação afetam a contabilidade aplicada ao setor público.

b.2. Bases de mensuração utilizadas:

- O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto. Ou seja, de caixa para as receitas e competência para as despesas, conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, realizando ao final do exercício, a inscrição dos restos a pagar processados e não processados no lado dos ingressos extraorçamentários.
- A moeda utilizada para os registros contábeis foi o real com valores históricos e constantes.
- Para estruturação do balanço e consequente apuração do resultado financeiro foram utilizadas as classes do plano de contas 1 (Ativo) e 2 (Passivo) para os recebimentos e pagamentos extraorçamentários de depósitos restituíveis e valores vinculados, saldo em espécie do exercício anterior e saldo em espécie para o exercício seguinte. Foi utilizado a classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas), para as transferências financeiras concedidas e classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas), para as transferências financeiras recebidas. A classe 5 (Orçamento Aprovado) serviu para o registro da inscrição de restos a pagar e classe 6 (Execução do Orçamento) para o devido registro das receitas orçamentárias e despesas orçamentárias, além dos pagamentos de restos a pagar.
- As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.
- Atendendo ao IPC nº 06, houve mudança significativa da estrutura dos “saldos do exercício anterior (V) e “Saldo para o Exercício Seguinte (XI), segregando os níveis de “Caixa e Equivalente de Caixa (exceto RPPS)” e “Caixa e Equivalente de Caixa do RPPS”, mantendo o nível “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados”. Sendo assim, para efeito de comparabilidade, os valores das colunas de saldos anteriores que antes eram somados em uma única linha (caixa e equivalente de caixa), foram segregados de forma a preservar o padrão da informação contábil.
- O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades das entidades municipais consolidadas. No BFM é possível realizar a apuração do resultado de duas maneiras obedecendo as seguintes equações:

MODO 1

Saldo para o Exercício Seguinte (-) Saldo do Exercício Anterior = Resultado Financeiro do Exercício

MODO 2

Receita Orçamentária + TFR + Recebimentos Extraorçamentários (-) Despesa Orçamentária (-) TFC (-) Pagamentos Extraorçamentários = Resultado Financeiro do Exercício

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Atendendo ao IPC nº 06, houve mudança significativa da estrutura dos “saldos do exercício anterior (V) e “Saldo para o Exercício Seguinte (XI), segregando os níveis de “Caixa e Equivalente de Caixa (exceto RPPS)” e “Caixa e Equivalente de Caixa do RPPS”, mantendo o nível “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados”. Sendo assim, para efeito de comparabilidade, os valores das colunas de saldos anteriores que antes eram somados em uma única linha (caixa e equivalente de caixa), foram segregados de forma a preservar o padrão da informação contábil.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao BFM. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial, caso existam.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir será apresentada de forma sistemática as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

Anexo 13 – Balanço Financeiro da Lei Federal 4.320/64
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)

--

Documento Assinado Digitalmente por: EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS, FABIO QUEIROZ ARAGAO
Acesse em: https://trc.tce-pe.gov.br/ppp/validaDoc.seam?codigo_documento=8e15d997-e082-452a-9b55-6b7656d0b02

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 269, de 11 de dezembro de 2024)

Ingressos		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I) Nota 1	472.456.853,05	372.760.507,48
Recursos Não Vinculados	198.908.007,44	176.802.062,68
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	211.973.143,76	135.763.789,87
Recursos Vinculados à Educação	147.548.114,96	97.418.074,59
Recursos Vinculados à Saúde	54.945.000,12	34.135.607,07
Recursos Vinculados à Assistência Social	2.240.132,90	2.298.245,22
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)		
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	7.157.502,35	
Demais Vinculações Legais	82.393,43	
Outras Vinculações		1.911.862,99
Recursos Vinculados ao RPPS	61.575.701,85	60.194.654,93
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	61.232.662,71	58.782.689,71
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)		
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	343.039,14	1.411.965,22
Transferências Financeiras Recebidas (II) Nota 2	92.021.318,76	79.000.631,04
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	92.021.318,76	79.000.631,04
Transferências Financeiras Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS		
Transferências Recebidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares		
Outras Movimentações Financeiras Recebidas (III)	0,00	0,00
Resgates de Investimentos e Aplicações Financeiras		
Desbloqueios de Valores em Caixa		
Recebimentos Extraorçamentários (IV) Nota 3	56.719.842,69	50.480.924,54
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	6.884,00	193.539,67
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.861.374,54	5.323.555,60
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	54.851.584,15	44.963.829,27
Outros Recebimentos Extraorçamentários		
Saldo do Exercício Anterior (V) Nota 4	185.252.617,54	157.808.437,25
Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)	25.608.786,25	39.631.951,26
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS	50.269,01	2.477.551,39
Investimentos e Aplicações Temporárias	159.592.445,31	115.697.817,63
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados Nota 5	1.116,97	1.116,97
TOTAL (VI) = (I + II + III + IV + V)	806.450.632,04	660.050.500,31

Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA: O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício foram de R\$ 472.456.853,05.

Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS: O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para execução orçamentária foram de R\$ 92.021.318,76 e para aportes de recursos para o RPPS de R\$ 0,00, totalizando o valor de R\$ 92.021.318,76.

Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 56.719.842,69, sendo R\$ 1.868.254,54, relativo a inscrição dos restos a pagar, R\$ 54.851.584,15, decorrentes de depósitos e valores restituíveis e R\$ 54.851.584,15 de outros recebimentos extraorçamentários.

Nota 4) SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR: O valor disponível em bancos no exercício anterior foi de R\$ 185.252.617,54, além de R\$ 0,00 em investimentos e aplicações temporárias.

Nota 5) DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS: O saldo de depósitos restituíveis e valores vinculados foi de R\$ 1.116,97 e de outros rendimentos foi R\$ 0,00.

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 269, de 11 de dezembro de 2024)

Documento Assinado Digitalmente por: EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS, FABIO QUEIROZ ARAÇAO
Acesse em: <https://tce.ce.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: 8e15d997-4eb82-452a-9b55-66b7b56db82

Dispêndios		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VII) Nota 6	423.796.083,21	340.562.068,33
Recursos Não Vinculados	199.395.108,95	174.923.463,29
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	203.477.760,27	149.662.634,05
Recursos Destinados à Educação	140.986.957,32	97.338.386,57
Recursos Destinados à Saúde	54.681.048,44	44.000.224,77
Recursos Vinculados à Assistência Social	2.358.400,92	2.697.577,95
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)		
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	5.451.353,59	
Demais Vinculações Legais		
Outras Vinculações		5.626.444,76
Recursos Vinculados ao RPPS	20.923.213,99	15.975.970,99
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização	20.155.377,11	15.296.966,14
(Plano Previdenciário)		
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)		
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	767.836,88	679.004,85
Transferências Financeiras Concedidas (VIII) Nota 7	92.021.318,76	79.000.631,04
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	92.021.318,76	79.000.631,04
Transferências Financeira Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		
Transferências Concedidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares		
Outras Movimentações Financeiras (IX)	0,00	0,00
Transferências para Investimentos e Aplicações Financeiras		
Bloqueios de Valores em Caixa		
Pagamentos Extraorçamentários (X) Nota 8	64.702.580,11	55.235.183,40
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	173.102,22	1.110.287,24
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	5.281.874,38	6.065.654,23
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	55.467.206,29	45.306.469,28
Outros Pagamentos Extraorçamentários	3.780.397,22	2.752.772,65
Saldo para o Exercício Seguinte (XI) Nota 9	225.930.649,96	185.252.617,54
Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)	29.357.883,49	25.608.786,25
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS	5.842.497,76	50.269,01
Investimentos e Aplicações Temporárias	190.729.151,74	159.592.445,31
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados Nota 10	1.116,97	1.116,97
TOTAL (XII) = (VII + VIII + IX + X + XI)	806.450.632,04	660.050.500,31

Nota 6) DESPESA ORÇAMENTÁRIA: O valor total das despesas orçamentárias empenhadas no exercício foram de R\$ 423.796.083,21.

Nota 7) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: O valor das transferências financeiras concedidas foram de R\$ 92.021.318,76.

Nota 8) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 64.702.580,11. Deste valor, os pagamentos de restos a pagar somam R\$ 5.454.976,60, enquanto os depósitos e valores restituíveis somam R\$ 55.467.206,29 e os outros pagamentos extraorçamentários totalizam R\$ 3.780.397,22.

Nota 9) SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: O valor total disponível em bancos ao final do exercício foi de R\$ 225.930.649,96. Os valores de investimentos e aplicações temporárias foram de R\$ 190.729.151,74. Ao compararmos o saldo ao final do exercício com o saldo final do exercício anterior (R\$ 185.252.617,54), nota-se uma variação (positiva) na ordem de R\$ 40.678.032,42.

Nota 10) DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS: O valor total dos depósitos restituíveis e valores vinculados foram de R\$ 1.116,97, e de outros rendimentos foram de R\$ 0,00.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos não interferindo no BFM.

d.2.Divulgações não financeiras:

Não se aplica a este demonstrativo.

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 269, de 11 de dezembro de 2024)

d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2024
R\$ 0,00

f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2024
R\$ 0,00

g) DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, BEM COMO OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM SIGNIFICATIVAMENTE O BALANÇO FINANCEIRO, SE HOUVER:

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BFM e necessitem de ajustes. As operações estão de acordo com a IPC 11 – Contabilização de Retenções atualizada em dezembro de 2024.

h) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO IX E XI DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 269/2024 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

h.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

h.2 Segregação das Transferências Financeiras recebidas e concedidas:

INSERIR NESTE QUADRO AS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS, SEGREGADAS POR “PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA”, INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, PARA APORTE DE RECURSOS AO RPPS. PRINT DA TELA.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (TFR):

Para Execução Orçamentária R\$ 92.021.318,76
Independentes da Execução Orçamentária R\$ 0,00
Para Aportes de recursos para o RPPS R\$ 0,00

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (TFC):

Para Execução Orçamentária R\$ 92.021.318,76
Independentes da Execução Orçamentária R\$ 0,00
Para Aportes de recursos para o RPPS R\$ 0,00

h.3.Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por fonte de recurso:

Rubrica	Fonte de Recursos Próprios	Fonte de Recursos Vinculados
1.7.1.1.51.1.1.00 Cota parte do FPM.	18.444.872,96	0,00

Documento Assinado Digitalmente por: EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS, FABIO QUEIROZ ARAGAO
Acesse em: <https://tcece.tce-pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 8e15d997-4eb82-452a-9b55-66b7b56dbb82

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 269, de 11 de dezembro de 2024)

1.7.1.1.52.0.1.00 Cota parte do ITR.	2.509,41	0,00
1.1.1.2.50.0.10.00 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	1.192,39	0,00
1.1.1.2.50.0.3 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	1.861,10	
1.1.1.2.53.0.1 Imposto sobre Transmissão " Inter-Vivos" de Bens Imóveis - Principal	1.740,19	
1.7.2.1.50.0.1.00 ICMS Estado	7.071.645,52	0,00
1.7.2.1.51.0.1.00 IPVA	2.304.887,94	0,00
1.7.2.1.52.0.1.00 IPI	26.167,18	0,00
1.7.1.5.52.0.1 Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb – VAAR	0,00	10.144,28
Total	27.855.111,79	10.144,28

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções na fonte de recursos ordinários e do RPPS. Desta forma, a receita bruta total foi de R\$ 500.322.109,12, enquanto as deduções somam R\$ 27.865.256,07, representando o valor líquido de R\$ 472.456.853,05.

i) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015, ATUALIZADA PELAS PORTARIAS MS/STN Nº 10.300, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2022, E PORTARIA STN/MF Nº 1.569, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023:

Para este município estão sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, atualizada pelas portarias MS/STN nº 10.300, de 1º de dezembro de 2022, e STN/MF nº 1.569, de 11 de dezembro de 2023, para cidades acima de 50.000 habitantes.

i.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo e demais entidades da administração direta e indireta):

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2021	Concluído
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2021	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	Imediato	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 269, de 11 de dezembro de 2024)

	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2020	Concluído
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2020	Concluído
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2020	Concluído
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2023	Concluído
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2018	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2021	Concluído
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			

Documento Assinado Digitalmente por: EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS, FABIO QUEIROZ ARAÇAO
Acesse em: <https://tce.ce.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: 8e15d997-4eb82-452a-9b55-66b7b56dbb82

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 269, de 11 de dezembro de 2024)

Documento Assinado Digitalmente por: EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS, FABIO QUEIROZ ARACAO
Acesse em: <https://tcece.tce-pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 8e15d997-4eb82-452a-9b55-66b7b56db82

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2022	Concluído
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	20. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos benefícios sociais.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2026	Em andamento
Ação	21. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2027	Em andamento
Ação	22. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Arrendamentos.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2028	Em andamento
Ação	23. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2028	Em andamento
Ação	24. NBCT SP 07 (R1) - Ativo Imobilizado Propriedade, Planta e Equipamento.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2028	Em andamento
Ação	25. NBCT SP Estrutura Conceitual (R1).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2030	Em andamento
Ação	26. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2030	Em andamento
Ação	27. Despesas de Transferência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2030	Em andamento

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 269, de 11 de dezembro de 2024)

Documento Assinado Digitalmente por: EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS, FÁBIO QUEIROZ ARAGÃO
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: 8e15d997-4eb82-452a-9b55-66b7b56bdb82

1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS EM REGIME ESPECIAL.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS PÚBLICOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária de Receita	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária de Receita	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

FÁBIO QUEIROZ ARAGÃO
Prefeito

EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS
Contadora
CRC-PE Nº 027067/O-9